

BOLETIM INFORMATIVO

EDIÇÃO Nº 06



PROTEÇÃO INTEGRAL ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional às
Promotorias de Justiça de Assistência Social

APRESENTAÇÃO

O SUAS e a materialidade da Proteção Integral às crianças e adolescentes



Promulgado em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é um marco fundamental para a infância e adolescência no país, engendrando significativa mudança de paradigmas na sociedade brasileira ao inaugurar a perspectiva da proteção integral para crianças e adolescentes, que passaram, então, a ser concebidos como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento e com prioridade absoluta. O Estatuto reafirmou, também, a responsabilidade da família, da sociedade e do Estado em garantir as condições para o seu pleno desenvolvimento, além de resguardá-las de toda forma de discriminação, exploração e violência.

A política de Assistência Social, por meio do Sistema Único de Assistência Social, ocupa papel estratégico no que se refere a garantia e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, ao favorecer a identificação e atuação nas situações de vulnerabilidade e risco social que envolvam esse público etário e suas famílias, promovendo a articulação e o acesso a serviços da rede socioassistencial e das demais políticas públicas setoriais, contribuindo para o comprometimento dos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos (SGD).



O sistema prevê um conjunto de serviços que se destinam, exclusivamente ou não, ao atendimento de crianças e adolescentes, com foco na prevenção e no enfrentamento de diferentes formas de violação. São eles: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (0 a 17 anos), Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), Serviço de Acolhimento Institucional, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, e Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Ao ser compreendido como peça fundamental para a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes, conferindo materialidade ao ECA, o SUAS desempenha um papel central no atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, com atendimento voltado à reparação de danos e à prevenção. Com ampla rede de serviços e percurso histórico de atendimento de crianças e adolescentes, é uma das políticas que compõe a rede de proteção, com responsabilidade institucional de enfrentar as “vulnerabilidades relacionais”, como são as diversas formas de violência.



SUMÁRIO

- 01 NOTÍCIAS**
- 02 JURISPRUDÊNCIAS**
- 03 INFORMES**
- 04 ATUAÇÃO MPMT**
- 05 ATUAÇÃO MINISTERIAL (OUTROS MP'S)**
- 06 INDICAÇÕES INTERATIVAS**
- 07 “OUSE SABER”**

Equipe

Paulo Henrique Amaral Motta

Promotor de Justiça - Coordenador

Tessaline Luciana Higuchi Viegas Devesa Cintra

Promotora de Justiça - Coordenadora Adjunta

Gabrielle dos Santos

Assistente Ministerial (Serviço Social)

Jovana Albuês da Silva

Auxiliar Ministerial (Direito)

Mateus dos Santos Gomes Cardoso

Residente (Direito)



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

1. NOTÍCIAS

Governo e sociedade lançam ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), por meio da Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e em conjunto com a Rede Ecpat Brasil, o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), realizou no dia 16 de maio, cerimônia alusiva ao Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.

O objetivo da iniciativa é sensibilizar a sociedade brasileira para o enfrentamento à violência sexual contra o público infantojuvenil, por meio da união de diversas instituições parceiras. As mobilizações nacionais acontecem desde o ano 2000 quando a Lei nº 9.970 instituiu a data de 18 de maio como Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Fonte: Governo Federal.

Novo Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo será elaborado com ampla participação social

Seminários nacionais, estaduais e regionais irão percorrer o país com o objetivo de levantar informações para construção de um novo Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo. A demanda ocorre em função do vencimento do último plano que esteve vigente entre 2013 e 2023. O processo contará com encontros em todos os estados do país durante o ano de 2024 e 2025, incluindo um seminário após a finalização dos encontros regionais, no próximo ano.

O projeto conta com a atuação da Comissão Temporária de Avaliação, Revisão e Construção do novo Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, que é coordenado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, no âmbito da SNDCA. O Colegiado é composto por órgãos e instituições que compõem o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

A construção do novo Plano Nacional será conduzida em parceria com a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), por meio de um Termo de Execução Descentralizada (TED) firmado entre a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) e a instituição de ensino.

Fonte: Governo Federal.



MDS, em parceria com MDA e MCID, promove I Encontro da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades



Com o intuito de fortalecer, promover e fomentar a alimentação saudável e adequada em territórios urbanos, junto a populações em situação de vulnerabilidade e risco social, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) promove, nesta terça e quarta-feira (14 e 15.05), o I Encontro da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) nas Cidades – Alimenta Cidades. A iniciativa é uma parceria com os ministérios das Cidades (MCid) e do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), com apoio da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). O evento reúne representantes da quase totalidade dos 60 municípios que passam a integrar essa iniciativa do MDS.

“Com essa estratégia, nós pretendemos ter iniciativas municipais que possam levar alimentação saudável a quem mais precisa no ambiente urbano, com acesso à comida de verdade”, explicou a secretária nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Lilian Rahal. “É o direito à alimentação no ambiente urbano sendo trabalhado, sendo observado, sendo coordenado para que nós possamos ter respostas efetivas para a população que ainda vive em situação de insegurança alimentar no nosso país”, completou

Durante a abertura do evento, a secretária falou também da importância da parceria com setores de governo, organismos internacionais, gestores municipais, conselhos locais e pesquisadores. *“É muito importante, para nós, podermos fazer esse olhar específico para a gestão da segurança alimentar e nutricional nas grandes cidades, onde se concentram os maiores desafios a serem enfrentados, que vêm desde a produção de alimentos até o consumo, passando pela oferta e o acesso”, enfatizou a secretária.*

Fonte: Governo Federal.



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO



MDS promove capacitação sobre Rede Socioassistencial Privada do SUAS

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) promoveu, nesta segunda-feira (13.05), capacitação sobre a Rede Socioassistencial Privada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na Câmara dos Deputados, em Brasília.

"Ao promover cursos de capacitação, como o de hoje, visamos aprimorar o entendimento sobre políticas sociais, fortalecer o debate legislativo e promover uma atuação mais embasada na área de assistência social", explicou a chefe da Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares e Federativos do MDS, Felícia Ibiapina. "Isso pode resultar em melhores políticas públicas e maior efetividade na implementação de benefícios socioassistenciais para aqueles que mais precisam", completou.

O diretor da rede socioassistencial do SUAS (DRSP/SNAS), Edgilson Tavares, convocou os assessores parlamentares para o fortalecimento da rede. *"É necessário dar visibilidade às políticas de assistência social em toda a sua abrangência, além dos benefícios de transferência de renda, ao SUAS e aos profissionais que compõem os CRAS, por meio de ações articuladas entre o executivo e o legislativo", afirmou.*

Fonte: Governo Federal.

Relatório do Programa CGU Presente é apresentado à Rede Federal de Fiscalização do Bolsa Família e CadÚnico

A Controladoria-Geral da União (CGU) apresentou, na última sexta-feira (03.05), o resultado do projeto CGU Presente aos integrantes da Rede Federal de Fiscalização do Bolsa Família e CadÚnico (RFBC). Fruto da análise dos procedimentos de inclusão e de averiguação cadastral de famílias com um integrante no Cadastro Único, a ação buscou promover avaliações colaborativas de programas federais em execução nos municípios brasileiros, com foco nos cidadãos, gestores e conselheiros das instâncias de controle social. O objetivo é uma maior efetividade das políticas públicas.

A auditoria examinou a situação em 60 municípios brasileiros, em todas as cinco regiões do país. A medida foi feita a partir de critérios relacionados ao percentual de famílias unipessoais inscritas no Cadastro Único em agosto de 2023, sendo 10 na Região Norte, 23 no Nordeste, 6 no Centro-Oeste, 13 no Sudeste e 7 no Sul.

Além disso, a medida procurou averiguar a situação do alto índice de famílias unipessoais registradas no CadÚnico. Em agosto de 2023, 35,4% das famílias inscritas no Cadastro se declararam como compostas por apenas uma pessoa, percentual superior ao observado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) 2022 do IBGE.

Fonte: Governo Federal.



Seminário debate políticas intersetoriais para combater a violência sexual contra crianças e adolescentes

Em continuidade ao seminário que integra a programação do 18M, nesta quarta-feira (15), aconteceu a mesa de debate sobre *“Políticas Intersectoriais e o Atendimento Integral às Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violência Sexual”*. O evento teve a participação de representantes do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), dos ministérios da Saúde, da Educação, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, da Justiça e Segurança Pública, e das Mulheres.

Cada pasta apresentou as ações que têm sido feitas relacionadas ao tema, no intuito de avançar na política de prevenção e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no país. A diretora de Proteção de Crianças e Adolescentes da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), Marta Volpi, destacou a relevância dos esforços empreendidos pelos ministérios.

Fonte: Governo Federal.

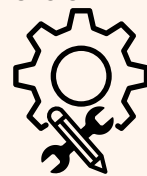
Proposta de aprimoramento metodológico é apresentada na II Oficina de Especialistas do Reordenamento da Primeira Infância no SUAS

Foi realizada, no dia 03 de maio, no auditório do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), a II Oficina de Especialistas do Reordenamento da Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)/Criança Feliz, com apresentação de proposta de aprimoramento metodológico do programa para debate junto com os profissionais municipais do Programa Criança Feliz (PCF), representantes estaduais e especialistas em primeira infância e da política de assistência social.

A oficina foi realizada em formato híbrido, sob a coordenação do Departamento de Proteção Social Básica da Secretaria Nacional de Assistência Social (DPSB/SNAS), no âmbito da Câmara Técnica da Primeira Infância no SUAS da Comissão Intergestores Tripartite (CIT).

Alexandra Brentani, do Departamento de Pediatria da Universidade de São Paulo (USP) apresentou a proposta de aprimoramento da metodologia. A pauta focou nos modelos dos parâmetros de assistência social em programas de visitas domiciliares já existentes, na abordagem de questões coletivas e não individualizadas e nos critérios que contemplam evidências socioassistenciais em visitas domiciliares.

Fonte: Rede SUAS.





Expedição SER Família Mulher começará por Cáceres

A Expedição SER Família Mulher – MT Por Elas, que tem como objetivo fortalecer as políticas públicas e o combate à violência contra as mulheres nos municípios do Estado, começará pelo município de Cáceres (a 220 km de Cuiabá), nos dias 28 e 29 de maio.

Gerida pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc), por meio da Superintendência de Políticas Públicas para as Mulheres, a Expedição vai percorrer 15 Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP), onde serão oferecidas capacitações às equipes da rede socioassistencial.

A secretária da Setasc, Grasi Bugalho, explicou que a escolha de Cáceres como o primeiro município polo a receber a Expedição se deve pela localização, na fronteira de Mato Grosso com a Bolívia, além dos indicadores dos municípios que compõem a região.

Fonte: Governo Estadual.

MT mobiliza atendimento do programa SER Família Indígena para comunidades pantaneiras

Cerca de 180 famílias localizadas na região do Pantanal mato-grossense, em Barão de Melgaço, foram beneficiadas com cestas de alimentos e kits de higiene e limpeza pelo Programa SER Família Solidário, atualizaram o Cadastro Único e se cadastraram ao SER Família Indígena.

A ação, denominada “Expedição Perigara – SER Família Indígena” foi realizada pela Secretaria de Estado de Assistência Social (Setasc), com o apoio da Marinha do Brasil, Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), Grupo Especial de Fronteira (Gefron), Polícia Militar (4ª CIPMSI) e Secretaria de Assistência Social de Barão de Melgaço.

Ao todo, foram atendidas as Terras Indígenas Baía dos Guatós, da etnia Guató; Perigara, dos Boe-bororo; e também a comunidade ribeirinha Pirigara, às margens do Rio São Lourenço.

Fonte: Governo Federal.



2. JURISPRUDÊNCIAS

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA



É obrigatória a intervenção da FUNAI em ação de destituição de poder familiar que envolva criança cujos pais possuem origem indígena.

“Preliminarmente, pontua-se que a revogação do art. 161, §2º, do ECA, pela Lei n. 13.509/2017, com tratamento da matéria no art. 157, §2º, do mesmo Estatuto, apenas esclarece que a realização de estudo social ou perícia por equipe interprofissional ou multidisciplinar, bem como a intervenção da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, deverá ocorrer sempre e logo após o recebimento da petição inicial, não significando a referida modificação legal que a intervenção da FUNAI, em se tratando de destituição de poder familiar de criança que é filha de pais oriundos de comunidades indígenas, somente seria obrigatória nas hipóteses de suspensão liminar ou incidental do poder familiar.

A intervenção da FUNAI nos litígios relacionados à destituição do poder familiar e à adoção de menores indígenas ou menores cujos pais são indígenas é obrigatória e apresenta caráter de ordem pública, visando-se, em ambas as hipóteses, que sejam consideradas e respeitadas a identidade social e cultural do povo indígena, os seus costumes e tradições, suas instituições, bem como que a colocação familiar ocorra prioritariamente no seio de sua comunidade ou junto a membros da mesma etnia.”

STJ – REsp 1.698.635–MS.

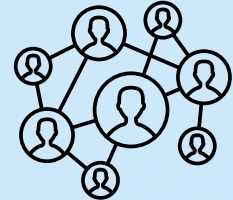


A negligência ou omissão dos genitores ante o grave abuso sexual configura hipótese excepcional de destituição do poder familiar.

“De início, rememora-se que “a proteção integral está intimamente ligada ao princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, pelo qual, no caso concreto, devem os aplicadores do direito buscar a solução que proporcione o maior benefício possível para o menor. Trata-se de princípio constitucional estabelecido pelo art. 227 da CF, com previsão nos arts. 4º e 100, parágrafo único, II, da Lei n. 8.069/1990, no qual se determina a hermenêutica que deve guiar a interpretação do exegeta. O norte nessa seara deve buscar a máxima efetividade aos direitos fundamentais da criança e do adolescente, especificamente criando condições que possibilitem, de maneira concreta, a obtenção dos alimentos para a sobrevivência” (REsp 1.533.206/MG, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 17/11/2015, DJe de 1º/2/2016). No caso, sobejam provas acerca de abuso sexual cometido contra o menor, enquanto ambos os pais, de forma insólita, recusam a evidência científica colhida em exame medicohospitalar. Somado a esse fato, o comportamento da criança revela preocupante temor em relação ao genitor, conforme atestam os serviços de atendimento especializados.”

STj – HC 776.461/SC

3. INFORMES



INFORMES CADASTRO ÚNICO



INFORME Nº 43 • 23 DE MAIO DE 2024

Novas integrações de dados fortalecem a qualidade do Cadastro Único Além da integração de dados de renda, escolaridade e CPFs, o Cadastro Único. se prepara receber dados dos Prontuários SUAS e SUS. Outras melhorias estão previstas para implantação em 26 de maio.



INFORME Nº 42 • 02 DE MAIO DE 2024

MDS realiza nova etapa de integração entre Cadastro Único e Sistema Presença do MEC. Dados de escolaridade serão atualizados automaticamente na base de dados cadastrais. Sistema ficará indisponível de 4 a 7 de maio.

INFORMES BOLSA FAMÍLIA



INFORME Nº 45 • 23 DE MAIO DE 2024

Condicionalidades de educação do PBF: arquivos com crianças e adolescentes não localizados (NLOC) disponibilizados no SigPBF



INFORME Nº 44 • 16 DE MAIO DE 2024

Condicionalidades de educação do PBF: resultado do acompanhamento educacional do 1º período de 2024

4. ATUAÇÃO MINISTERIAL (MPMT)



MPMT se mobiliza para enfrentamento à exploração sexual de crianças



No dia 17 de maio, véspera do **Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**, cerca de 1.500 alunos, de 11 escolas públicas de Cuiabá e Acorizal, foram contemplados com palestras alusivas à temática. Cinco promotores e promotoras de Justiça, que atuam na defesa da Infância e Juventude, da Educação e no combate à violência contra a mulher na Capital, estiveram nas escolas para abordar o tema com os alunos.

A mobilização também está ocorrendo no interior do estado. Em parceria com a Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), a Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Criança e do Adolescente está convocando prefeitos de todos os municípios a participarem. *"Nós estamos em uma grande corrente para mobilizar o estado de Mato Grosso para o combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes"*, destacou o procurador de Justiça Paulo Roberto Jorge do Prado.

Em Mirassol D' Oeste e Curvelândia, o Ministério Público realizou palestras nas escolas Pedro Galhardo Garcia, Padre José Anchieta, Padre Tiago, 12 de Outubro, João Campos Widal, Boa Vista e Boa Esperança. Está programada palestra relativa à Campanha Faça Bonito: Proteja as nossas crianças e adolescentes na Escola de Campo Madre Cristina, localizada no Assentamento Roseli Nunes.

4. ATUAÇÃO MINISTERIAL (MPMT)



**Importância do trabalho em rede é destacada
em encontro estadual**



O 3º Encontro Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mato Grosso foi aberto na tarde do dia 27 de maio, no Auditório Espaço Justiça, Cultura e Arte Desembargador Gervásio Leite, na sede do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, em Cuiabá. Realizado com o objetivo de promover e expandir o debate sobre a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes do estado, o encontro reúne magistrados(as), promotores(as) de Justiça, defensores(as) públicos, servidores do Sistema de Justiça, **integrantes da Rede de Proteção da Criança e do Adolescente e outros convidados.**

O encontro é uma realização conjunta do Poder Judiciário (por meio da Corregedoria-Geral de Justiça - CGJ, da Comissão Estadual Judiciária de Adoção de Mato Grosso - Ceja, da Coordenadoria da Infância e da Juventude - CIJ e da Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso - Esmagis), em parceria com o **Ministério Público de Mato Grosso** (por intermédio da Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Criança e do Adolescente e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - Escola Institucional do MPMT).

"Abordaremos neste evento tão bem acolhido pelo Poder Judiciário Estadual um tema importantíssimo, delicado e, infelizmente, recorrente em nosso país, a violência que se pratica contra nossas crianças e adolescentes das mais diversas formas: física, psicológica, sexual, dentre outras. Essa realidade exige de toda a sociedade brasileira, e especialmente do Sistema de Justiça, ações articuladas e eficientes. Não podemos fechar os olhos para um problema de tamanha magnitude e que nos impõe tantos desafios, pois estamos tratando de direitos fundamentais das nossas crianças e adolescentes, garantidos pela Constituição Federal", defendeu o **procurador-geral de Justiça, Deosdete Cruz Junior**, na abertura do evento.

Fonte: MPMT.

5. ATUAÇÃO MINISTERIAL

OUTROS MP'S



MPPB realiza articulação com a rede para proteção de crianças e adolescentes

O Ministério Público da Paraíba realizou, nesta quarta-feira (15/05), uma reunião com representantes do conselho tutelar, Secretaria de Educação, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), Centro de Referência de Assistência Social (Cras), entidades de acolhimento de João Pessoa, para traçar medidas em prol da proteção de crianças e adolescentes da Capital.

A reunião foi conduzida pelo 33º promotor de Justiça de João Pessoa, João Arlindo Corrêa Neto, que atua na defesa da criança e do adolescente, e teve a participação da psicopedagoga do MPPB, Shirley Abreu; da coordenadora do Creas III, Cristiane Cabral Pereira; da representante da Secretaria de Educação, Caroline Montenegro; dos representantes do Conselho Tutelar Mangabeira Vinícius Araújo, Débora Rodrigues e Débora Lima; a representante da Casa de Acolhimento Morada do Betinho, Lauricéia Alves; e a representante do Cras Mangabeira, Pâmela Cruz.

Fonte: MPPB.

Promotoria de Justiça de Magalhães Barata lança projeto de articulação com redes de proteção de crianças e adolescentes do município

No dia 20 de maio, o Ministério Público do Estado do Pará por meio da Promotora de Justiça Titular de Magalhães Barata, Brenda Corrêa Lima Ayan, torna público o projeto *"Integração: Articulando a Rede para Ouvir e Proteger"*, cujo objetivo geral é garantir que a criança ou o adolescente vítima ou testemunha de violência possam ter acolhimento e atendimento através da rede de proteção, de forma municipalizada, nos termos do que preconiza o art. 88, inciso I, do Estatuto da Criança e do Adolescente. O projeto pretende evitar possível revitimização ou qualquer outra forma violência com crianças e adolescentes, inclusive a institucional.

Atualmente, Magalhães Barata conta com um Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social das Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, conforme Decreto n.º 045/2023-GBP, em observância a Resolução n.º 235/2023 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

Fonte: MPPA.

5. ATUAÇÃO MINISTERIAL

OUTROS MP'S



Seminário discute papel dos Conselhos Tutelares

O papel dos Conselhos Tutelares na proteção integral das crianças e dos adolescentes será tema de seminário, no próximo dia 28, na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (Ufba). Realizado no auditório Raul Chaves, o evento é uma parceria entre o Ministério Público, por meio do Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente (Caoca); a Ufba; o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; a Secretaria Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes; o Governo do Estado da Bahia; o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Associação dos Conselheiros Tutelares e ex-conselheiros da Bahia.

O evento é aberto ao público e as inscrições podem ser feitas no site da Ufba. Serão abordados temas como Sistema de garantias de direitos e desafios interinstitucionais na proteção da criança e do adolescente, Saúde, educação e convivência familiar e comunitária, O papel do Conselho Tutelar na proteção do adolescente em conflito com a lei, trabalho infantil e violência sexual.

Fonte: MPBA.

MPPA promove reunião com indígenas venezuelanos Warao

O Ministério Público do Pará realizou, no dia 17 de maio, no auditório da Infância e Juventude de Belém, uma reunião com indígenas venezuelanos Warao. Na ocasião, foram discutidas questões relacionadas às crianças e adolescentes Warao de Belém e Ananindeua, e ajustadas articulações com outras instituições sobre o tema.

Estiveram presentes: a 1ª Promotora de Justiça da Infância e Juventude de Belém, Sintia Quintanilha Bibas Maradei, o PJ auxiliar do 3º cargo da infância e juventude de Belém, Nadilson Portilho Gomes, além do coordenador da Política de Saúde para Povos e Comunidades Tradicionais da Secretaria de Saúde de Ananindeua, William Dias Borges; Paulo André Costa de Souza do Núcleo de Atendimento ao Migrante e Refugiado (NAMIR-FUNPAPA), Fabiane Siso Lemos da Comissão de Relações Internacionais da OAB/PA, Vera Lúcia de Azevedo Lima- Docente do Programa de Pós Graduação em Segurança Pública/IFCH e orientadora da Dissertação de Mestrado "Ações de Prevenções de Violências contra meninas e mulheres Warao", além de membros do Conselho Warao Odijuna.

Fonte: MPPA.

5. ATUAÇÃO MINISTERIAL

OUTROS MP'S



MPAM emite recomendação de ação imediata para reforçar proteção de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade

O Ministério Público do do Amazonas, por meio da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, emitiu recomendação orientando os Conselhos Tutelares de Manaus a agir imediatamente em casos de violação de direitos de crianças e adolescentes, envolvendo a equipe do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) para elaborar um Plano de Acompanhamento Familiar (PAF). O principal objetivo é manter a criança na família natural e, em situações excepcionais, seguir com o acolhimento institucional ou familiar.

O PAF, que deve ser desenvolvido com a colaboração de diversos serviços públicos, precisa considerar os desejos e necessidades da criança. A recomendação também inclui a adoção de formulários específicos para acolhimento emergencial e a coordenação contínua entre Conselho Tutelar, instituições de acolhimento, Creas e secretarias municipais e estaduais de Assistência Social, Saúde e Educação, a fim de garantir a proteção integral dos direitos das crianças e adolescentes.

Fonte: MPAM.

MPAC e parceiros promovem palestra sobre prevenção da violência sexual na infância

Em alusão ao Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, celebrado no dia 18 de maio, o Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), em parceria com a Universidade Federal do Acre (UFAC) e o Governo do Estado do Acre, promoveu na manhã do dia 16 de maio, no auditório da instituição, a palestra "Prevenção da Violência Sexual na Infância".

O evento foi prestigiado por diversos integrantes da Rede de Proteção aos Direitos de Crianças e Adolescentes. Representando a Procuradoria-Geral de Justiça, a procuradora-geral adjunta para Assuntos Administrativos e Institucionais, Rita de Cássia Nogueira, enfatizou a urgência de combater a exploração e o abuso sexual infanto-juvenil.

Fonte: MPAC.

6. INDICAÇÕES INTERATIVAS

PARA VER

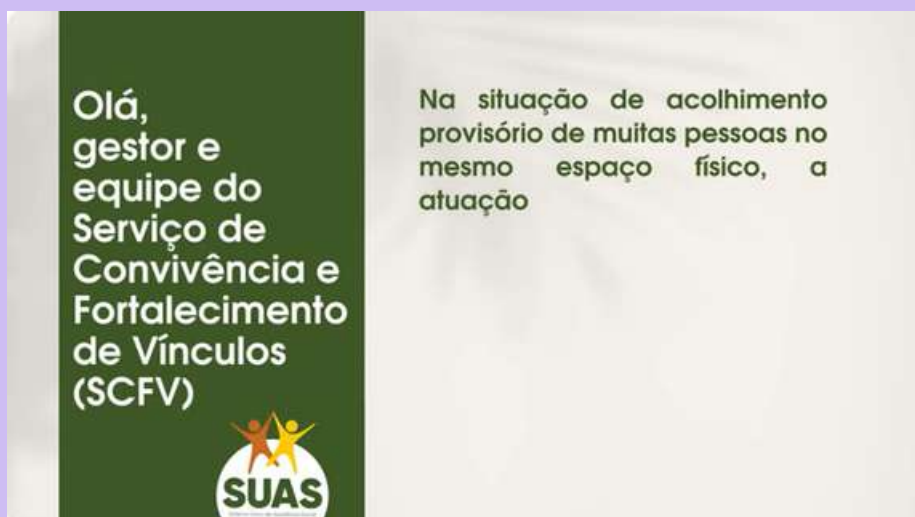
1



“O SUAS no 18 de maio | Escuta Protegida: diferença entre Escuta Especializada e Depoimento Especial”

Fonte: Youtube - Canal “Rede SUAS | SNAS”

2



“Atuação do SUAS em Emergências e Calamidades Públicas | SNAS | MDS”

Fonte: Youtube - Canal “Rede SUAS | SNAS”

6. INDICAÇÕES INTERATIVAS

PARA VER

3



"O SUAS no 18 de maio | Revitimização"

Fonte: Youtube - Canal "Rede SUAS | SNAS"

4



"ESCUTA ESPECIALIZADA no SUAS, no SUS e na EDUCAÇÃO: CINCO ferramentas oficiais"

Fonte: Youtube - Canal "SUAS Conversas"

6. INDICAÇÕES INTERATIVAS

PARA LER

5

“Violência sexual contra crianças e adolescentes: a permissividade da sociedade e do Estado”

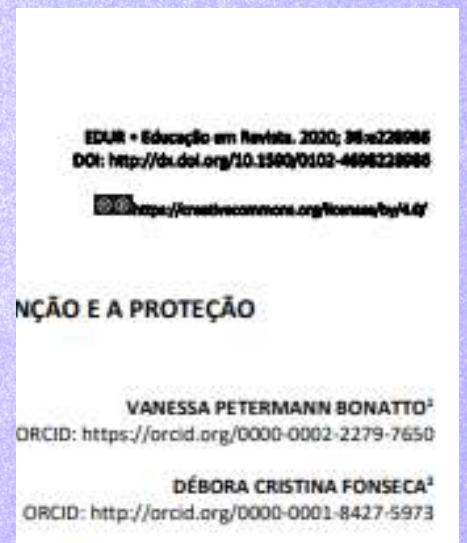
Fonte: INESC.



6

“Socioeducação: entre a sanção e a prevenção”

Fonte: Educação em Revista, 2020.



PARA OUVIR

7

“Estudos mostram impacto de programas sociais na primeira infância”

Fonte: Soundcloud. Podcast “Fala, MDS”.





7. "OUSE SABER"

Por meio dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), o SUAS oferece atendimento especializado e interdisciplinar, composto por assistentes sociais, psicólogos, advogados e outros profissionais capacitados para oferecer apoio, orientação e acompanhamento às vítimas e suas famílias, realizando trabalho social e garantindo a inclusão aos demais serviços programas, projetos e benefícios socioassistenciais, e o acesso as demais políticas públicas de proteção, por meio de encaminhamentos. É um trabalho desafiador e essencial que requer dedicação, compromisso ético e capacitação permanente.

Além disso, atua de forma proativa na prevenção da violência sexual por meio de ações desenvolvidas nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), envolvendo as famílias, os territórios e outras políticas públicas, como a saúde e a educação. Essas iniciativas visam informar crianças, adolescentes e suas famílias sobre seus direitos, sobre as formas de identificar e denunciar situações de violência, contribuir no desenvolvimento de capacidades, bem como contribuir para promover relações mais respeitadas.

A violência sexual acarreta uma série de consequências negativas, podendo provocar novos riscos e danos de diferentes naturezas: agravos físicos, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce, rompimento de vínculos familiares e comunitários, transtornos psicológicos/psiquiátricos, entre outros. E o impacto não se limita apenas às vítimas diretas, mas se estende às famílias, às comunidades e à sociedade como um todo. Por isso, as ações de prevenção são tão importantes.

7. "OUSE SABER"



Conforme demonstrado por meio dos dados do Disque 100, são diversas as violências a que são submetidos crianças e adolescentes. Segundo dados de 2023 do Registro Mensal de Atendimentos (RMA) do CREAS, quase 155 mil crianças e adolescentes foram atendidos pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) em razão de vivenciarem alguma situação de violência.

Em 2023 foram mais de 36 mil crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual que ingressaram nos atendimentos do PAEFI, sendo mais de 82% do sexo feminino. No caso das meninas, a faixa etária com maior incidência foi a de 13 a 17 anos, representando mais de 41% das vítimas, mas, quase na mesma proporção está a faixa etária de 07 a 12 anos, que representou mais de 39% dos casos atendidos. Em se tratando dos meninos, a faixa etária com mais situações em atendimento foi a de 07 a 12 anos, que representou 45%.

No que se refere a exploração sexual, ainda segundo o RMA do CREAS, mais de 2.000 crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual foram atendidas no âmbito do PAEFI, sendo quase 74% do sexo feminino. A faixa etária que apresentou mais casos é de 13 a 17 anos, tanto para meninos e quanto para meninas. A exploração sexual consta da lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, conforme Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008 e que requer ação imediata para sua eliminação.

7. "OUSE SABER"



Cabe lembrar que o SUAS também colabora com órgãos e entidades de outras políticas públicas, como a saúde, a educação e o sistema de justiça, para garantir uma resposta integrada e eficaz diante de casos de violência sexual. Essa articulação é fundamental para assegurar que as vítimas e testemunhas de violência recebam o apoio necessário e para que os agressores sejam responsabilizados pelos seus atos, sempre primando pela não revitimização, objetivo primordial da Lei 13.431/2017.

Salienta-se que a articulação é importante e necessária, conforme previsão do Decreto 9.603/2018 deve ser constituído um comitê de gestão colegiada da rede de cuidado e de proteção social das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, com a finalidade de articular, mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar as ações da rede intersetorial, além de colaborar para a definição dos fluxos de atendimento e o aprimoramento da integração, observando a pertinência das ações com as atribuições de cada política, sem sobreposição ou encaminhamentos indevidos.

Nesse mesmo sentido, os procedimentos para registro e os fluxos para compartilhamento das informações devem ser definidos e articulados com todos os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, a fim de que cada órgão se implique no processo de corresponsabilidade para a proteção integral dessas crianças e adolescentes e respeite a horizontalidade na relação entre os diferentes sistemas e instituições.



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO